



Câmara Municipal de Monte Mor

“Palácio 24 de Março”

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO PARECER REFERENTE PROJETO DE LEI Nº 61/2022

EMENTA: “*Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências.*”

DO RELATÓRIO

Chega a esta Casa Legislativa Projeto de Lei nº 61/2022 de autoria do Poder Executivo, que “*Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências.*”

O projeto está dividido 13 capítulos distintos, um inócuo e outros que merecem toda concentração, estudo e análise do conteúdo, uma vez que foram encontrados questões de méritos de alta relevância que pode influir no trabalho de controle dos vereadores em relação a administração pública, entre eles, cito o capítulo que trata das despesas com pessoal. Mesmo assunto está incluso também no parágrafo único do Art. 1º do projeto.

A proposta foi devidamente lida em Plenário, sendo encaminhada à Comissão de Justiça e Redação que, exercendo sua competência, emitiu parecer favorável ao projeto apresentado. Na sequência, o projeto foi direcionado a esta Comissão de Finanças e Orçamento em obediência ao disposto no art. 198, parágrafo único do Regimento Interno.

Dando continuidade aos trabalhos, a Comissão de Finanças e Orçamento, determinou o agendamento de “Audiência Pública”, para garantir ampla participação da população e de entidades civis interessadas contribuir. A audiência foi agendada para o dia 24 de maio, na ocasião o evento aconteceu, porém, a maioria dos membros da comissão de finanças e orçamento e os vereadores presentes na audiência, avaliaram que a mesma teve seu objeto prejudicado, devido à ausência de representantes da maioria das pastas do município (se fizeram presentes na audiência apenas os representantes da secretaria de finanças), desta forma foi agendada uma segunda audiência pública para o dia 03.06.2022, esta por sua vez, foi devidamente realizada na data agendada com a presença de representantes da maioria das secretarias municipais da cidade.

DO PARECER



Câmara Municipal de Monte Mor

“Palácio 24 de Março”

Cabe ressaltar inicialmente que o projeto de lei nº 61/2022 foi devidamente analisado pela Comissão de Justiça e Redação, de modo que não foi constatada nenhuma afronta a Constituição Federal, Lei Federal, estadual ou municipal, estando, portanto, em conformidade com a legislação vigente.

Feita esta consideração, passamos a análise, não do mérito, mas sim da compatibilidade e adequação do projeto em relação a finanças e orçamento do Município de Monte Mor.

Primeiramente cabe ressaltar que a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias - é a Lei que define metas e prioridades do Governo, servindo de base para elaboração da LOA – lei orçamentária anual. É fato, portanto, que tal lei precisa contemplar parâmetros que possam direcionar de forma objetiva e inequívoca a elaboração do orçamento anual. Além disso, a LDO deve estar em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000). Dito isto, passemos as considerações necessárias.

Considerando as contribuições recebidas nas audiências públicas; Considerando que o projeto apresentado está em consonância com as normas e princípios Constitucionais, bem como:

- 1º - apresenta definição de metas e prioridades a serem observadas;
- 2º - dispõe sobre alterações na legislação tributária;
- 3º - fixa limites ao orçamento do poder legislativo;
- 4º - dispõe sobre gastos com pessoal;
- 5º - contempla previsão da lei de responsabilidade fiscal ao orientar a respeito de transferência de recursos – seja para entidades públicas ou privadas, bem como também orienta sobre o contingenciamento de gastos e demais situações.

Ao analisar o texto do projeto de lei nº 61/2022 verifica-se que o mesmo contempla de forma adequada os requisitos necessários para sua aprovação.

Cabe também ressaltar, que após discussões sobre o projeto dentro desta respeitável comissão de finanças e orçamentos, foram articuladas duas emendas modificativas ao projeto, a primeira delas foi a emenda modificativa número 5 que altera a redação do artigo 21 do presente projeto, propondo que o limite que o poder executivo tem autorização, mediante decreto, para transpor, remanejar e transferir, total ou parcialmente recursos de uma mesma categoria de programação e mesmo órgão recue de 20% para 10% da despesa fixada nas dotações aprovadas na lei orçamentária de 2023. A segunda emenda modificativa proposta foi a de número 6 que altera a redação do §3 do artigo 23 do presente projeto, propondo que a menção ao §9 do artigo 166 da constituição do estado de São Paulo seja alterado para a menção ao §9 do artigo 166 da constituição federal, pois não existe este código na constituição estadual, mas sim na



Câmara Municipal de Monte Mor

"Palácio 24 de Março"

constituição federal, flagrante erro de digitação que será corrigido com esta emenda modificativa.

Diante de todo o exposto, cabe a este relator apresentar parecer FAVORÁVEL ao presente projeto de lei, para que o mesmo siga os devidos trâmites do rito legislativo.

Sala das Comissões, 29 de junho de 2022

**ADRIEL DE
OLIVEIRA**

**NASCIMENTO:3
6628507882**

Assinado de forma digital
por ADRIEL DE OLIVEIRA
NASCIMENTO:36628507882
Dados: 2022.06.29 09:20:44
-03'00'

PROFESSOR ADRIEL
Partido dos Trabalhadores

**BRUNO
HENRIQUE
LEITE**

**CAMARGO:3
6270459800**

Assinado de forma
digital por BRUNO
HENRIQUE LEITE
CAMARGO:362704
59800
Dados: 2022.06.30
10:08:48 -03'00'

**ALTRAN
JOSE FARIAS
LIMA**

Assinado de forma
digital por ALTRAN
JOSE FARIAS LIMA
Dados: 2022.07.06
16:15:32 -03'00'